



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº 032/2020

CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: PERMANENTE

TIPO DE LICITAÇÃO: TRADICIONAL

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de extintores de incêndio com carga de Pó Químico Seco (PQS) de 06 kg, classe ABC, para atender às necessidades da administração da Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM nos seus Campi de Diamantina, Unaí, Janaúba e Teófilo Otoni, conforme condições, quantidades e exigências neste instrumento:

ITEM	PAC	CATMAT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
01	5813	150240	Extintor de Incêndio com carga de Pó Químico Seco (PQS) de 06 kg, classe ABC, portátil. Cilindro fabricado em aço, sem costura, pintado com tinta de proteção anticorrosiva e tinta de acabamento na cor vermelha e devidamente carregado e identificado de acordo com a legislação vigente. Produto novo, com lacre original sem violação e apresentação do Selo de Conformidade do INMETRO para extintores novos. Recarregável em conformidade com as NBR e Resolução do CONTRAN vigentes com validade de 5 anos. Deverá ser fornecido também o suporte, fabricado em aço, para fixação do extintor na parede e placa de sinalização fotoluminescente, fabricada em PVC para identificação no local de acomodação do extintor.	UNID	836	R\$128,13	R\$ 107.116,68
02	5813	150240	Extintor de Incêndio com carga de Pó Químico Seco (PQS) de 06 kg, classe ABC, portátil. Cilindro fabricado em aço, sem costura, pintado com tinta de proteção anticorrosiva e tinta de acabamento na cor vermelha e devidamente carregado e identificado de acordo com a legislação vigente. Produto novo, com lacre original sem violação e apresentação do Selo de Conformidade do INMETRO para extintores novos. Recarregável em conformidade com as NBR e Resolução do CONTRAN vigentes com validade de 5 anos. Deverá ser	UNID	278	R\$128,13	R\$ 35.620,14

		fornecido também o suporte, fabricado em aço, para fixação do extintor na parede e placa de sinalização fotoluminescente, fabricada em PVC para identificação no local de acomodação do extintor. (COTA ME/EPP REFERENTE AO ITEM 01)			
VALOR TOTAL					R\$ 142.736,82

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o item a ser adquirido na presente licitação é classificado como bem comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.2. Desta forma, o objeto desta contratação está descrito de forma objetiva e clara no edital, estabelecendo padrão de qualidade que atende aos interesses da UFVJM, resultando, sua escolha na vantajosidade do menor preço

4.3. Na realidade, neste tipo de fornecimento não se configuram grandes variações técnicas que influenciem em suas qualidades e nem tampouco são necessárias alternativas técnicas de desempenho dependentes de tecnologia sofisticada.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO

5.1.1. O prazo de entrega dos materiais se efetuará em até 30 (trinta) dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, de acordo com as especificações no edital, com o quantitativo de itens conforme tabela abaixo além dos endereços abaixo especificados:

CAMPUS DA UFVJM	QUANTITATIVO (UNIDADES)
DIAMANTINA	769
JANAÚBA	57
UNAÍ	37
TEÓFILO OTONI	251
TOTAL	1.114

Local de entrega para o Campus de Diamantina será no setor de Almoxarifado da UFVJM, situada na Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5000, bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG, CEP 39100-000, Telefone +55 (38) 3532-1200

Local de entrega para o Campus de Unaí será no setor de Almoxarifado da UFVJM, situada na Avenida Vereador João Narciso, 1380, Bairro Cachoeira, Unaí/MG, CEP: 38610-000, Telefone +55 (38) 3677-9950

Local de entrega para o Campus de Janaúba será no setor de Almoxarifado da UFVJM, situada Avenida Um, nº 1.150, Cidade Universitária, CEP 39447-814 Telefone: +55 (38) 3829-3100

Local de entrega - Campus Mucuri será na Rua do Cruzeiro, nº 01, Jardim São Paulo, Teófilo Otoni (MG) CEP 39803-371, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 horas, em dias úteis.

5.1.2. Além da entrega nos locais indicados acima, a licitante vencedora deverá também descarregar e alocar os bens nos locais indicados pelo servidor, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos ou perdas causados aos bens.

5.1.3. Os bens entregues por transportadora deverão, obrigatoriamente, possuir pessoal para descarregar e alocar os bens, sob pena de rejeição de seu recebimento pela UFVJM.

5.2. No caso de descumprimento do prazo de entrega, o licitante será notificado extrajudicialmente, pelas vias administrativas, para que em 72 (setenta e duas) horas, contados da data do recebimento da notificação, faça a entrega do material ou venha apresentar justificativa de impossibilidade de cumprir o compromisso contratual. Em ambos os casos, fica

desde já estabelecido que a UFVJM, poderá, a seu critério, cancelar a Nota de Empenho e convocar o segundo colocado, sem, entretanto, declinar do seu direito de promover o devido processo administrativo visando aplicação das sanções cabíveis e cobrança administrativa, na forma da Lei 8.666/93: multa, registro de inadimplência no SICAF e, se necessário, promover cobrança judicial e apuração das perdas e danos na forma da lei.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, mediante recibo no documento Fiscal, no momento da entrega da mercadoria, desde que:

5.4.1. estejam compatível com esta licitação e não exista a cobrança de frete;

5.4.2. estejam os produtos embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

5.4.3. não apresentem avaria ou adulteração;

5.4.4. seja o material da mesma marca e oferecida na proposta inicial, possua as mesmas características da amostra enviada, sob pena de devolução;

5.4.5. sejam entregue em embalagem original, contendo a data e número do lote de fabricação, informando, inclusive, seu prazo de validade;

5.4.6. estejam identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de mínimo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. O contratado é obrigado a substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

5.9. Os produtos serão substituídos, sem ônus para a UFVJM, caso não estejam de acordo com a proposta aceita no momento da licitação.

5.10. Caso seja constatada alguma irregularidade na entrega do produto, após o recebimento provisório, a UFVJM notificará a empresa para substituição do produto, suspendendo-se o prazo estipulado no item 4.5, que voltará a correr, por inteiro, após novo recebimento provisório;

5.11. O prazo para correção das imperfeições será determinado pela UFVJM, conforme o tipo de produto e a urgência na sua utilização.

5.12. O licitante vencedor fica obrigado à entrega do produto de acordo com a descrição detalhada do objeto ofertado, constante de sua proposta de preços e aceita pelo pregoeiro. A descrição detalhada do objeto ofertado se sobrepõe às descrições da marca e modelo apresentados, caso haja divergência entre eles.

5.13. O produto rejeitado ficará a disposição do fornecedor até o fim do prazo determinado para correção das imperfeições, correndo os custos de recolhimento e nova entrega por conta do fornecedor.

5.14. Não havendo substituição ou recolhimento do produto rejeitado, os produtos ficarão a disposição das suas respectivas empresas, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do prazo final concedido pela UFVJM, findo o qual terão a sua destinação determinada pela UFVJM.

5.15. O horário para recebimento dos objetos licitados é das 07h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30, de segunda a sexta-feira.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 12 (doze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$(\frac{6}{100})$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------------	--

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto.

13.2. Nesta contratação não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.2.1. Diante da natureza dos serviços e;

- 13.2.2. Considerando que o objeto não possui nenhum nível de complexidade;
- 13.2.3. Considerando tratar-se de uma licitação, onde a aquisição se dará por item, e
- 13.2.4. Considerando que a entrega dos itens é imediata.
- 13.3. A exigência da garantia contratual torna-se dispensável para a presente licitação.

14. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 14.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 14.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
 - 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade

competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

15. **DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

15.1. O valor total estimado dos objetos a serem licitados é de R\$142.736,82 (**Cento e quarenta e dois mil e setecentos e trinta e seis reais e oitenta e dois centavos**).

15.2. A estimativa de custo da contratação foi definida após ampla pesquisa de preços, considerando os critérios definidos na Instrução Normativa (IN) ME nº 73/2020.

15.3. Através de uma pesquisa de mercado foram encontrados valores para o bem que a administração deseja adquirir via este certame com outros órgãos públicos conforme pesquisa realizada no Painel de Preços de compras públicas homologadas no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet. Dessa forma a pesquisa de preços atende ao art. 5º, inciso I, da IN 073/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;"

16. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

16.1. O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento da UFVJM. A Natureza da Despesa, Sub-elemento Despesa, Plano Interno (PI), Fonte do recurso e Programa Trabalho constarão nos autos do processo em certidão de disponibilidade orçamentária expedida pela PROPLAN/UFVJM.

17. **DA UTILIZAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO**

17.1. **Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.**

Leonardo da Silva Boaventura

Administrador

Siape: 2156336

CPF 055.627.066-52

Divisão de Manutenção - DINFRA/PROAD-UFVJM

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras

Atualização: Julho/2020

Apêndice I

Estudo Técnico Preliminar IN 032/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO PARA ATENDER A DEMANDA DOS CAMPI DA UFVJM.

I - Informações Básicas

Número do processo: 23086.009953/2020-98

II – Descrição da necessidade da contratação

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) tem área estimada em 3.469.485,00m². Possui uma área total de 144.424 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro) metros quadrados de área construída. É visível o investimento que fora realizado em sua infraestrutura ao longo de sua história, no que concerne, ademais, à expansão imobiliária e mobiliária. Vale ressaltar, que todos os investimentos realizados convergem à importância de expandir continuamente a infraestrutura física da UFVJM, de modo a possibilitar o alcance de sua missão: promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, formando cidadãos e profissionais qualificados, produzindo conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e disseminando a cultura acadêmica.

Assim, para que UFVJM ofereça um serviço público de qualidade e efetivo é imprescindível que seja realizado manutenção preventiva e/ou corretiva periodicamente na infraestrutura, de modo a garantir máxima utilização de suas instalações com segurança com vistas ao cumprimento de sua missão institucional.

No âmbito do serviço de manutenção predial, preventiva e/ou corretiva, sob gerenciamento da administração, esta universidade atualmente têm a necessidade urgente da substituição e nova instalação de extintores. Alguns devido ao prazo de validade expirado, outros apresentam um debilitado estado de conservação com desgastes do equipamento o que inviabiliza assim seu reuso e a manutenção, já que o custo da manutenção foi avaliado em mais de 50% do valor do bem. Ademais, devido a expansão dos Campi da UFVJM é necessário instalar extintores em diversas edificações em atendimento a legislação.

III - Área Requisitante e Responsável

Área Requisitante	Responsável
DINFRA	LEONARDO DA SILVA BOAVENTURA

IV - descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade

Os extintores que se refere a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos extintores que serão entregues, bem como deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado.

Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados, sempre que possível, os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável.

V - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

As possibilidades para aquisição dos materiais permanentes são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão.

- Pregão eletrônico por sistema de registro de preços não se aplica, uma vez que o bem a ser adquirido não se enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do decreto 7892/13.
- Dispensa foi descartada uma vez que o item que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei nº 8666/93.
- É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 25 da Lei nº 8666/93, sendo assim essa opção foi desconsiderada, uma vez que o item é comum e facilmente encontrado no mercado, portanto a inviabilidade de competição não se aplica.
- Considerando a quantidade do item que se pretende adquirir a adesão foi descartada, conforme se vê inclusive na pesquisa de preço não há licitação vigente com o quantitativo a ser licitado.

A escolha adequada para realizar a contratação do item permanente foi o Pregão Eletrônico em sua forma Tradicional.

VI - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a aquisição dos extintores para instalação na infraestrutura da instituição deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

Devido às características da contratação, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

VII - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Os quantitativos a serem contratados pela UFVJM levaram-se em considerações dois fatores:

Primeiramente aos preceitos e orientações da Instrução Técnica Nº 16 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, acessado via link http://bombeiros.mg.gov.br/images/stories/dat/it/it_16_sistema_de_protecao_por_extintores_de_incendio_3a_edicao.pdf, que dispõe dos locais em que os extintores devem ser instalados, da classificação dos riscos dos locais e, também, dos critérios para distribuição e dimensionamento destes em cada pavimento em um edifício.

E, a partir disto, foram estimadas as quantidades de extintores necessários para cada edifício presente nos Campi da UFVJM, levando em consideração a metragem e a arquitetura destes locais, pormenorizado via tabela abaixo:

EDIFICAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	QUANTIDADE DE EXTINTORES (UNIDADE)
DIAMANTINA		
Laboratório de Fruticultura/FUNDAEPE-FCA	142	1
Enfermagem, Prédio da Enfermagem-FCBS	570	4
Almoxarifado	629,3	5
Restaurante	2.142,64	15
Salas de Aula JK	4.728,14	32
Anexo das Agrárias	216,75	2
Reitoria	4.682,6	30
Prédio Engenharia Florestal	2.491,07	17
Centro de Comunicação	460,53	3
Centro de Tecnologia da Informação	383,82	3
Praça de Serviços	842,41	6
Farmácia-FCBS	4.046	27
Faculdade de Ciências Humanas-FCH	3.023,72	20
Salas Auditório JK	5.441,2	36
Ciências Básicas e de Saúde-FCBS	7.486,2	50
Agronomia-FCA	2.742,13	19
Museu Engenharia Florestal-FCA	104	1
Fisioterapia-FCBS	2.221	15
Nutrição-FCBS	1.964,2	13
Galpão de Transportes JK	1.578	11
Estação de Tratamento de Esgoto-ETE	1.000	7
Sistema de Informação-ICT	1.745,74	12
Engenharias JK-ICT	4.708,38	31
Zootecnia-FAC	1.237,6	9
Anatomia e Fisiologia Animal-FCA	552,1	4
Biotério da Nutrição-FCBS	62	1
Educação Física-FCBS	6.622,98	44
Frango de Corte-FCA	320	3
Galinha Caipira-FCA	214,35	2
Incubatório de Ovos-FCA	77,9	1
Olericultura-FCA	169,87	2
Apicultura-FCA	112,77	1
Suinocultura/Galpão de Crescimento e Terminação de Suínos-FCA	164,55	1
Suinocultura/Galpão de Reprodução de Suínos-FCA	171,7	1
Ginásio Poliesportivo JK-FCBS	2.115	14
Compostagem-FCA	1.964,45	13
Lanchonete JK	55,42	1
Biotério Central-FCA/FCBS	212,8	2
Arquibancada e Área de Apoio da Pista de Atletismo-FCBS	2.756,2	19
Cercamento Jk	3.800	27
Administrativo FCBS	614	4
Biblioteca	5.937,52	40
Compostagem	1.918	13
Educação Física	4.318,14	29
Farmácia	4.046	27
LCE Editora	410,6	3
FCA - ADM	599,14	4
FCBS-ADM	710,4	5

Humanidades	1.780,4	12
Núcleo de Geociências	1.076,84	8
Salas de aula	5.641,27	64
Tecnologia da Madeira	1.376,52	10
Bloco III Engenharia	2.142,64	15
Bloco II	2.142,64	15
Bloco I	2.142,64	15
CAMPUS DE JANAÚBA		
Prédio de Salas de Aula	5.641,27	42
Prédio da Biblioteca	3.582,88	15
CAMPUS DE UNAÍ		
Prédio de Salas de Aula	5.641,27	37
CAMPUS DE TEÓFILO OTONI		
Casa de Apoio	447,5	7
Galpão de Transportes	63,37	7
NIPE	588,64	8
ICET	4.740,09	39
Ginásio	2.008,44	13
Miniauditório 1	165,18	4
Miniauditório 2	169,79	4
Miniauditório 3	172,86	4
Miniauditório 4	172,55	4
FAMMUC	1.970,12	14
FACSAE	2.254,25	18
Prédio de Aulas	4.728,33	41
Adm/Biblioteca	3.322,02	29
RU	3.513,64	41
Almoxarifado	919,74	6
Laboratório das Engenharias	1.318,1	12
TOTAL GERAL		1.114

VIII - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Como método para estimar os valores para a referida contratação, pesquisa de preços, demonstrando o valor estimado da contratação, bem como as memórias de cálculo e a metodologia (média) utilizada para obtenção dos preços de referência. As pesquisas de preços serão realizadas obedecendo as disposições da IN SEDGGD/ME nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme transcrito abaixo:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II."

"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados."

O mapa de preços contendo os preços unitários dos itens e a estimativa do valor da contratação encontra-se anexo a este ETP.

IX - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

No processo licitatório, a adjudicação se dará por item, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula/TCU 247, a saber:

Art. 23: [...]

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. [...]

Súmula nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A aquisição será através do Pregão Eletrônico Tradicional, com observância ao disposto na Lei 10.520/02, Decretos 10.024/19, 3.555/00, Decreto 3.784/01, demais legislações pertinentes.

Com base no § 5º do art. 7º da Lei 8.666/93 que determina: "É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório".

Dessa forma, será realizada licitação para aquisição de extintores de incêndio para atender a demanda da UFVJM, nos Campi de Diamantina, Unaí, Janaúba e Teófilo Otoni em conformidade com o § 5º do art. 7º da Lei 8.666/93. No entanto, a adjudicação se dará por item, não havendo ofensa à Súmula 247 do TCU.

X - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não se aplica a essa contratação.

XI - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

Observando as diretrizes da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, o item e quantidades que se pretende adquirir serão contemplados no PAC/2020, de acordo com o disposto no seu art. 5º, alínea I a IX. No Termo de referência constará o número do item correspondente no PAC.

O Plano Anual de Contratações atualizado está disponível para consulta no Portal da UFVJM em http://ufvjm.edu.br/licitacoes/home/doc_download/7154-pac-2020-v20072020-uasg-153036.html

Além disto, a presente licitação está de comum acordo ao Plano de Desenvolvimento Institucional-PDTI de 2017-2021 da UFVJM no que se refere à políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho, disponível para consulta no Portal da UFVJM em http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/105/2017/07/PDI_2017_2021-2.pdf.

XII - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

Manter a manutenção preventiva e/ou corretiva, atender os normativos legais de segurança, minimizar os riscos. Entende-se que em um eventual incêndio os extintores sejam de suma importância para conter as chamadas e amenizar os danos que possam ser causados.

Ademais a instituição tem o dever de proteger e tornar seguro a infraestrutura e os espaços utilizados pela comunidade acadêmica.

XIII - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

O recebimento provisório e conferência de todo o material será realizado pela equipe da Diretoria de Materiais e Patrimônio da UFVJM, posteriormente o requisitante atesta o recebimento definitivo.

Não se aplica capacitação dos servidores e adequação do ambiente não é necessária uma vez que o patrimônio da UFVJM está adaptado para o recebimento e armazenamento provisório do item em questão. Estes itens serão redirecionados aos locais, prédios, departamentos e setores, para serem instalados pela equipe de manutenção da Universidade.

XIV - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento;

Não haverá impactos ambientais para o item que se pretende adquirir, pois o mesmo é um bem permanente que pode ter uma manutenção e reuso durante um longo período, recarregável em conformidade com as NBR e Resolução do CONTRAN vigentes e com validade de 5 anos, e que posteriormente pode ser reciclado sem danos ao meio ambiente.

XV - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

Justificativa da Viabilidade

Em razão do estudo realizado, esta contratação demonstra-se como viável e imprescindível ao atendimento das demandas do órgão.

Leonardo da Silva Boaventura

Administrador

Siape: 2156336

CPF 055.627.066-52

Divisão de Manutenção - DINFRA/PROAD-UFVJM

MAPA PREÇOS ANEXO

MAPA DE PREÇOS-PREGÃO 032/2020								
DESCRIÇÃO	Extintor de Incêndio com carga de Pó Químico Seco (PQS) de 06 kg, classe ABC, portátil. Cilindro fabricado em aço, sem costura, pintado com tinta de proteção anticorrosiva e tinta de acabamento na cor vermelha e devidamente carregado e identificado de acordo com a legislação vigente. Produto novo, com lacre original sem violação e apresentação do Selo de Conformidade do INMETRO para extintores novos. Recarregável em conformidade com as NBR e Resolução do CONTRAN vigentes com validade de 5 anos. Deverá ser fornecido também o suporte, fabricado em aço, para fixação do extintor na parede e placa de sinalização fotoluminescente, fabricada em PVC para identificação no local de acomodação do extintor.							
QUANTIDADE	1.114 UNIDADES							
Dispensa de Licitação nº089/2020 da UASG 160311 (item 01)	Pregão Eletrônico nº043/2020 da UASG 158516 (item 47)	Pregão Eletrônico nº043/2020 da UASG 158516 (item 49)	Dispensa de Licitação nº090/2020 da UASG 160108 (item 01)	Dispensa de Licitação nº010/2020 da UASG 156679 (item 01)	Pregão Eletrônico nº027/2020 da UASG 160155 (item 07)	Pregão Eletrônico nº165/2019 da UASG 980005 (item 04)	Pregão Eletrônico nº95/2019 da UASG 984673 (item 01)	Valor Médio Unitário
Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	
R\$140,00	R\$130,00	R\$115,00	R\$176,00	R\$120,00	R\$124,00	R\$115,33	R\$104,70	R\$128,13
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$142.736,82								



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo da Silva Boaventura, Servidor**, em 09/10/2020, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0189120** e o código CRC **298964DC**.